

Neoliberalismo e cuidado em cenário pandêmico: Conjecturando resistências e possibilidades em corpo, raça e gênero

Deyvid Santos Morais¹

Resumo

Busco neste artigo tratar de um duplo enfoque sobre as práticas de cuidado, especialmente marcadas pela pandemia de COVID-19 e o neoliberalismo. Em primeiro lugar, a invisibilidade do trabalho de reprodução da vida e da saúde que incidem especialmente sobre mulheres negras e grupos marginalizados. Em segundo, reconhecendo essas desigualdades, quais as possibilidades de contenção e as estratégias de coletivização do cuidado frente ao acirramento da individualidade neoliberal. Através de revisão bibliográfica, argumento que ao tratar a noção de cuidado de si e dos outros como plataforma para uma sociedade mais justa e igualitária, novos empreendimentos sobre ciência, tecnologia e saúde possam existir e servir para a emancipação dos corpos historicamente subalternizados.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Saúde; Cuidado; Corpo; Diferença.

1. Introdução

O neoliberalismo, compreendido como a expressão político-ideológica do capitalismo contemporâneo, tem como seu principal marcador uma relevante individualização dos sujeitos em detrimento das políticas de Estado, instaurando uma mudança profunda nas práticas sociais e se intercalando com diversos campos da vida social, como a mídia, o trabalho, a saúde, entre outros. Michel Foucault (2008) aponta como a política neoliberal tornou-se predominante, alistando intelectuais e as teorizações do liberalismo econômico clássico, para contrapor-se a ideia do Estado de bem-estar social, no qual os indivíduos tinham direito de governarem a si próprios. Na ausência estratégica do Estado, especialmente na assistência social, caberia ao mercado a resolução dos problemas sociais. Portanto, Foucault argumenta que o neoliberalismo buscou criar uma espécie de sociedade empresarial, cabendo nas práticas de consumo o atendimento as necessidades básicas da vida. “Tratava-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa, o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, p. 203).

Wendy Brown (2019), ao analisar cuidadosamente a ascensão das sociedades neoliberais, o faz a partir de uma genealogia política das práticas liberais e a relação que estabeleceram ao longo do tempo com a democracia. Para a autora, os indivíduos no neoliberalismo são interpretados e cada vez mais se constroem como sujeitos econômicos (*homo economicus*) o que cria uma racionalidade presente nas estruturas institucionais da

¹ Doutor em Sociologia; Universidade Federal de Goiás – UFG; Goiânia, Goiás, Brasil; ydmorais@gmail.com

política, do judiciário e da educação. O neoliberalismo torna a existência dos indivíduos precária e exposta ao risco econômico. A promessa de segurança tornou-se mínima, quase inexistente. Há a insegurança causada pelo desemprego e pelo desaparecimento do estado de bem-estar, uma característica dos arranjos econômicos pós-Segunda Guerra Mundial que garantiam segurança econômica pelo menos para as nações do norte global.

Como movimento histórico-cultural, a racionalidade neoliberal corresponde a modos de condução em que a crença de um modelo ideal de liberdade, de mercado e de autorrealização, se estabelece como uma governamentalidade, ou seja, a partir de certas disposições de tecnologias de poder que asseguram determinadas políticas e interesses. Ao naturalizar a competição, a velocidade, a atenção e tantas outras virtudes, cria-se a imagem de que outros modos de organização social não sejam possíveis e restaria ao indivíduo aperfeiçoar-se dentro desses próprios limites. É nas ciências sociais e humanas, como a sociologia e a psicologia, que surgem as primeiras denúncias sobre como o modelo imposto para um suposto aperfeiçoamento dos indivíduos, os leva a novos níveis de sofrimento psíquico e exaustão, por criar uma espécie de culpabilização solitária a problemas muitas vezes instaurados na sociedade, como a exploração do trabalho e as desigualdades sociais.

Considerando esta conjuntura, podemos observar como em um contexto pandêmico, a saúde torna-se a grande preocupação para toda a sociedade, ganhando – ainda que de forma limitada e retórica –, a ideia de que estar a salvo é um empreendimento mais coletivo que individual e da noção de corresponsabilidade. Nesse cenário, a prática do cuidado mostrou-se fundamental e interrompida, embora frequentemente negligenciada, pois também evidencia as desigualdades de gênero, classe e raça quando tratamos sobre as possibilidades de risco e proteção, bem como aqueles que serão mais afetados nessa disputa. Deste modo, através da discussão bibliográfica, o objetivo deste artigo será realizar um duplo enfoque sobre as práticas de cuidado, marcadas pela pandemia de COVID-19 e pelo avanço do neoliberalismo.

2. Neoliberalismo e pandemia

Em março de 2020, a pandemia causada pelo novo coronavírus, a COVID-19, mudou radicalmente as práticas sociais, o entendimento das normas e riscos, tanto na forma desigual que atingiu a população, quanto nas ações prescritas de saúde que foram negadas, negociadas ou transformadas. Para Paul Preciado (2020), as tecnologias de biovigilância atingiram um novo *status* de expansão em que o corpo e a subjetividade contemporânea não estariam mais restritos às instituições disciplinares (escola, fábricas, hospitais...), mas principalmente por um conjunto de tecnologias biomoleculares, de transmissão e informação. Para o autor, as

epidemias fazem um apelo ao estado de exceção e são grandes laboratórios de inovação social, reconfigurando em larga escala as tecnologias de poder sobre o corpo e a biopolítica.

Byung-Chul Han (2021), em um sentido similar, afirma que o vírus é o espelho da sociedade do cansaço. Para ele, o distanciamento social feriu as já sensíveis bases do senso de comunidade ao provocar o desaparecimento dos rituais de sociabilidade que mesmo antes da pandemia vinham sendo descartados, causados pelo excesso de esgotamento dos sujeitos e uma exacerbação da individualidade. Estar com o outro passou a ter um significado de perigo, pois todos podem ser portadores de um perigoso vírus do qual se deve manter uma distância segura. Ainda para Han, o contexto imposto pela pandemia, com o teletrabalho e a vida social por chamada de vídeo, amplia um determinado autocentramento, pois não vemos apenas o outro na tela, mas também nos enxergamos, uma espécie de *self* permanente. Han afirma que a realidade pandêmica sobrecarrega nossa sociedade já cansada pelas bases do neoliberalismo e radicaliza ainda mais seus abismos patológicos, como o *burnout*, a depressão e os transtornos de ansiedade. A saúde volta a ser reconhecida como a capacidade de sobrevivência, não apenas ter qualidade de vida ou do tratamento das doenças neurológicas, inclusive ampliando a incidência dessas últimas.

Slavoj Žižek (2020), crítico das análises de Byung-Chul Han – e, em certa medida, ao que Paul Preciado e outras leituras do construcionismo social tecem sobre a pandemia – afirma que é um erro interpretar reflexivamente toda a forma de detecção e modelagem de controle de contágio pelos aparelhos estatais como “controle social”. O equívoco é que uma leitura simplesmente sob a ótica da biopolítica, tira de cena a questão principal, que trata da necessidade do isolamento e do rastreamento de pacientes como medidas sanitárias e de saúde pública, importantes para evitar internações e mortes. Se consideramos apenas o caráter de controle da biovigilância, corremos o risco de interpretar isoladamente o significado social da pandemia, deixando de denunciar aspectos empíricos como a crise dos sistemas de saúde; as trabalhadoras e trabalhadores expostos, pois foram impedidos de se manterem a salvo em suas casas; o negacionismo de líderes políticos, entre outros.

Mesmo os ritos sociais que poderiam, à primeira vista, serem tidos como suspensos ou eclodidos, se tornam manifestações de cuidado com o outro, como o uso de máscara ou o isolamento. Para Žižek (2020), devemos levar em conta como as diferenças de classe adquiriram novas formas durante a pandemia; muitas coisas precisam funcionar para que uma parcela da sociedade consiga ficar em casa, há um trabalho árduo para essas pessoas. O cansaço dos profissionais de saúde, por exemplo, é dotado de outro sentido ocasionado pelo

cuidado comunitário em lugar do cansaço causado pelo interesse em subir na carreira que rege o sujeito do desempenho neoliberal, mesmo que diante de um colapso sanitário.

A antropóloga Fabíola Rohden (2020) lembra como, nas últimas décadas, acreditamos que ao atingirmos controle minucioso sobre a vida através dos cuidados em saúde e dos recursos de aprimoramento, estaríamos livres dos riscos. Essa visão de que o modo de vida saudável garantiria uma “imunidade” frente ao adoecimento, os males do corpo e até mesmo a uma possível pandemia, foi aos poucos sendo refutada pela gravidade da realidade imposta. Mas não sem insistência dessas antigas estratégias, ocorrendo ainda devido ao intenso processo de medicalização que fomos acostumados, a certeza de que as ferramentas tecnológicas, a medicina e a biologia trabalhariam infalíveis em todas as condições passíveis de serem vistas como objeto de intervenção, a exemplo do envelhecimento. Para Rohden, a moralidade da biomedicalização está em seu caráter da responsabilização individual, especialmente, no aprimoramento de si. Com a pandemia, e sua expansão de modo avassalador, a autora destaca como esse cenário de promessas do controle, das transformações corporais e subjetivas traduzem e revelam uma série de tensões das nossas relações com automonitoramento, segurança individual e coletiva. Tudo isso à luz das ciências da vida e as possibilidades tecnocientíficas, desigualmente acessadas pelos indivíduos.

De um lado, temos indivíduos mais preparados, informados ou aprimorados com possivelmente mais condições de vida material que garantam ferramentas que permitem enfrentar a pandemia, desde o contágio à doença, de forma privilegiada, com acesso a recursos de nutrição, moradia, higiene e funcionários/as. Porém, argumenta Rohden (2020), a circulação do vírus nos coloca no terreno da imprevisibilidade, mesmo para aqueles que se consideravam imunes ou menos dispostos ao agravamento da doença, puderam ser surpreendidos, como nos casos de mortes de pessoas jovens, atléticas ou aparentemente saudáveis. Assim, na pandemia, a sensação do sujeito saudável e aprimorado como garantia da segurança é colocada em xeque, pois é ainda mais evidente que não garante uma segurança definitiva.

[...] a percepção de nossa suscetibilidade comum aos riscos e às fatalidades da vida. Uma característica que poderia nos levar a pensar a “qualidade de vida” menos como algo que se consome, expropriando outros, e mais como cuidado, que se compartilha. E talvez também a reconhecer o mundo como um lugar de distintas vulnerabilidades que precisam ser encaradas. (ROHDEN, 2020, p. 118-119).

A diferença entre a saúde como uma manifestação do consumismo – o que inevitavelmente significa expropriar recursos ambientais, explorar o trabalho de outros e paradoxalmente primar por uma individualidade –, é contraposta pelo que Fabíola Rohden

apresenta como saúde enquanto cuidado e aquilo que se compartilha. Gostaria de fazer esse exercício ainda a partir do aprimoramento e aproveitando da realidade pandêmica em que tal distinção nunca esteve tão presente e ocular em nossas vidas. De fato, a saúde durante uma crise epidemiológica força as condições de preocupação ao coletivo, como pensar se os hospitais estão funcionando, se há acesso de saúde para todas as pessoas, se para diminuir a circulação é necessária a aplicação de medidas de seguridade social que permitam as pessoas ficarem restritas. Todas essas medidas, até então, estão em nível da organização estatal e comunitária. Se aprofundarmos a análise, a preocupação com o corpo coletivo pode se impor também como negação, basta vermos as ações como o fechamento de fronteiras, o aumento da xenofobia, ou simplesmente risco potencial das aglomerações com mais pessoas. Por fim, ao nível da interpessoalidade, a saúde não é mais somente um cálculo de si consigo mesmo, ela depende da confiança e do isolamento para que não haja um contágio, é necessária a confiança nas pessoas que se encontram e, em última instância, a crença na fatalidade ou no escape em caso de contrair a doença.

3. A sobrecarga do cuidado

Em todos os níveis o aspecto subjacente é a necessidade do cuidado. Numa realidade pandêmica, é o ofício fundamental dos hospitais que todos esperam que permaneça em funcionamento. Também, mesmo em isolamento, atividades de alimentação, cuidado com a casa, idosos e crianças, se mantêm. Nisso, outro componente a se considerar no caso brasileiro é que as pessoas que cuidam são em sua esmagadora maioria mal remuneradas, mulheres e da população negra. Luciana Oliveira Dias e Rafaela Francisco (DIAS; FRANCISCO, 2020) denunciam como a pandemia não escapa aos abismos de classe e raça da sociedade brasileira, especialmente na seletividade das medidas de quarentena. As autoras apontam como mesmo nesta realidade de imposição sanitária, padrões estruturais de desigualdade se mantêm não só inalterados como se atualizam e aprofundam, a exemplo das mulheres negras e domésticas, que “continuam lavando, limpando, passando e cozinhando para garantir a seus patrões e patroas uma ‘quarentena digna’” (DIAS; FRANCISCO, 2020, p. 1). A sobrevivência coloca uma dupla responsabilização dessas mulheres, ter o cuidado do risco de contaminação, inclusive para poupar os próprios patrões, quanto a necessidade do trabalho para o sustento familiar.

Jaqueline Vilasboas (2020) apresenta como o impacto social-econômico da pandemia afeta especialmente trabalhadores e trabalhadoras informais e que também são esses que estão à margem das políticas de proteção social. Há ainda o trabalho invisibilizado e não

remunerado, de ordem reprodutiva, que recai especialmente sobre as mulheres. Elas são as responsáveis pelo planejamento e decisões em seus lares e precisam manter-se atentas as pessoas que compõe o núcleo familiar.

Essa intensificação do trabalho feminino está diretamente relacionada ao fato, já conhecido, de que não há uma divisão equilibrada do trabalho reprodutivo. (...) O cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e/ou doentes, a gestão da esfera familiar, em geral, fica a cargo das mulheres, uma vez que essas atividades são concebidas tendo por referência a tradicional divisão sexual do trabalho, como parte de seus papéis de filhas, mães, esposas e mulheres. (VILASBOAS, 2020, p. 31).

Para Vilasboas (2020), para aquelas que estão no mercado e precisam conciliar a vida familiar e profissional, é na delegação do trabalho doméstico que os efeitos mais graves da crise sanitária atinge outras mulheres, especialmente as mulheres negras. A autora apresenta dados que comprovam como muitas trabalhadoras domésticas afastadas de suas atividades nos períodos críticos da pandemia ficaram sem a manutenção de sua remuneração. São também essas mulheres responsáveis em grande medida pelas atividades escolares, afetadas pelo modelo de ensino remoto e criando uma sobrecarga ao ambiente doméstico. Para esse grupo de mulheres, sem condições de terceirizar o cuidado com os próprios filhos, torna-se ainda mais difícil, uma vez que não contam com o apoio das creches e escolas, que tiveram suas atividades presenciais interrompidas.

A autora destaca, contudo, as medidas que buscam minimizar esses inúmeros problemas no período de pandemia. “Muitas dessas mulheres estão tendo que construir estratégias cotidianas de cuidado, tais como deixar as crianças com familiares ou contar com a colaboração das redes de vizinhança” (VILASBOAS, 2020, p. 33), ainda que exponham as crianças ao risco de contaminação ou à violência, sobretudo sexual. No contexto de ausência do Estado em fomentar políticas coordenadas de enfrentamento à crise, a autora destaca as iniciativas comunitárias de distribuição de alimentos, produtos de higiene, bem como de comunicação educativa sobre a COVID-19. Essas ações populares tornam-se estratégias de resistência no contexto de acirramento das desigualdades.

Na perspectiva do cuidado, Joan Tronto (TRONTO, 2017) propõe que no lugar do sujeito econômico, inescapável nas imposições ideológicas do neoliberalismo, é necessário pensar sobre as pessoas cuidadoras (*caring people*), sendo o cuidado e não a economia da vida, a característica fundamental da sociedade. Para a autora, o neoliberalismo costuma encarar o cuidado a partir de três maneiras: uma é a da responsabilização individual, ou seja, se algo acontecer ao indivíduo, como nos casos de adoecimento, de cuidados com filhos, da necessidade de repouso ou de eventual debilitação, é responsabilidade do indivíduo criar as

condições do seu próprio cuidado. Uma segunda maneira é tratar o cuidado como uma questão de mercado, se há demanda, supostamente o mercado se autorregularia para criar tais condições a partir de empresas e profissionais autônomos. Por último, a família é tida como o núcleo responsável pelo cuidado. Assim, a necessidade do cuidado passa por essas três maneiras no modelo vigente e Tronto (2017) percebe que a inadequação e insuficiência destas é o que dão a questão do cuidado uma possibilidade de subversão à lógica capitalista neoliberal.

A autora afirma que o cuidado deve incluir um grupo de pessoas (seja de uma família, comunidade ou um Estado) de forma cíclica, gerando confiança e solidariedade de que o atendimento das necessidades uns dos outros se garanta em padrões preestabelecidos. Todo indivíduo seria, portanto, um receptor e um agente do cuidado, necessitando também da avaliação e aperfeiçoamento constante dessa estrutura. Há ainda a necessidade de garantia das condições públicas para que as pessoas em momento de cuidar possam fazê-lo e que esta não seja apenas uma preocupação do receptor do cuidado. Essa lógica de superação do sujeito econômico, indicaria uma mudança estrutural nas sociedades e no modo como as fundamos. A primeira premissa para tanto seria reconhecer que as coisas estão em relação de interdependência umas com as outras, portanto, que as pessoas, a sociedade e o ambiente são relacionais e não um conjunto de indivíduos racionais e isolados. Assim, há a atribuição de responsabilidades de cada um com a coletividade, cumprida pela justificativa do cuidado que a coletividade também teria por cada um.

Uma segunda premissa e virada ontológica que ocorre sob a perspectiva do cuidado segue pelo reconhecimento de que todos os seres humanos são vulneráveis e frágeis. Esta perspectiva transforma o ato de que a boa *performance*, a saúde, são condições temporárias e não devem ser baseadas como padrão da responsabilização individual. A terceira premissa, novamente, é reconhecer que em uma sociedade todos foram e são inevitavelmente prestadores e receptores de cuidado durante a vida. Para Tronto (2017), a perspectiva do cuidado se mostra uma poderosa crítica ao contexto neoliberal, pois parte da mudança nos estatutos das sociedades, obrigando a reconhecermos a sério os estados de cuidado e alçar ao debate público aqueles excluídos pela lógica capitalista. Inclusão esta, não por uma escolha, um caráter beneficente ou uma necessidade para o mercado, mas como imperativo jurídico, científico e moral.

4. Resistências a partir de corpo, gênero e raça

Se, como vimos, as políticas sobre a vida sofrem grande individualização e coloca suas consequências mais severas sobre os corpos localizados fora dessa matriz de poder, na teoria social feminista essas denúncias podem ser encontradas e estratégias de transformação são articuladas, especialmente na maneira como a oposição as dualidades comuns ao pensamento ocidental são escancaradas, trazendo a tona perspectivas contra-hegemônicas acerca das estruturas de poder.

Em seu famoso ensaio sobre a Antropologia do Ciborgue, a bióloga e epistemóloga feminista estadunidense Donna Haraway (2000), a partir da figura do ciborgue, meio humano meio máquina, busca questionar as divisões sociais que geram a exclusão política. Neste texto, somos lembrados sobre como a ficção científica sempre explorou o mundo dos ciborgues, e também a medicina moderna, que lhes dá vida quando codifica corpos em interações de organismos, máquinas e objetos, avançando nas intervenções sobre o humano em seu dito estado natural: “neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues.” (HARAWAY, 2000, p. 37). Contudo, o ciborgue, como um acoplamento do tecnológico e do biológico, não é exclusivo da ficção ou da biomedicina, seu ideal nasce para servir ao militarismo, são antes de tudo como armas de guerra em seu projeto inicial. Haraway argumenta que justamente por isso, não pode ser tratado como um corpo inocente, nascido do jardim no paraíso; não, é um filho imprevisível do capitalismo armado, mas podendo usar sua potência bastarda para o próprio colapso do sistema.

O que está em jogo nessa disputa fronteiriça, da recusa de uma identidade unitária, são os territórios da produção, reprodução e imaginação; o manifesto defendido é pelo prazer da confusão das fronteiras, mas também de uma responsabilidade para essa construção. Em seu ensaio, Donna Haraway defende uma visão não naturalista e antiessencialista que sirva também ao feminismo socialista. Ao demolir a noção de “mulher” como ser homogêneo, o ciborgue serve como referência plural das experiências de mulheres com identidades elásticas e variáveis, muito além de tidas como uma fonte do trabalho doméstico alienado ou da objetificação sexual. A reivindicação aqui não é para uma hierarquia das opressões baseadas nas identidades de mulheres de todo o mundo, distintas em raça e classe, mas é para uma perspectiva que a diferença se articule enquanto solidariedade, permitindo que essas diferenças se amplifiquem continuamente.

A metáfora *ciborguiana* tem a função de trazer à luz a relação das identidades com o desenvolvimento das condições sociais de exploração e as fragilidades das abordagens anteriores. Tanto na economia do trabalho doméstico quanto na luta pela transformação

radical da sociedade, as identidades deveriam ser reconhecidas como contraditórias, parciais e também estratégicas. A incorporação tecnocientífica serviria nesta ótica para instigar os corpos emergentes como também os limiares da identidade coletiva. Para a autora, trata-se de uma ferramenta feminista para perturbar discursos históricos sobre a naturalidade de corpos, da raça e de gênero.

A política do ciborgue é a luta pela linguagem, é a luta contra a comunicação perfeita, contra o código único que traduz todo significado de forma perfeita — o dogma central do falocentrismo. É por isso que a política do ciborgue insiste no ruído e advoga a poluição, tirando prazer das ilegítimas fusões entre animal e máquina. (HARAWAY, 2000, p. 86).

Para Chela Sandoval (2004) o ciborgue de Haraway é um modelo esperançoso de identidade política, menos por sua figura de empoderamento por meio da rebelião, mas sim por uma significativa consciência de oposição que evoca, representando finalmente uma política de sobrevivência que já operava por séculos sob a ordem e a violência colonial. A autora funde a experiência híbrida *ciborguiana* com uma metodologia dos oprimidos, voltados aos corpos colonizados que sempre funcionaram como instâncias de proteção e contra-ataque para estes subalternizados, como as mulheres de cor (especialmente negras, caribenhas e latinas) e os indígenas estadunidenses. Sandoval aproveita esse conjunto para historicizar e evidenciar o feminismo do Terceiro Mundo nos Estados Unidos. O ciborgue aqui personifica a consciência de uma identidade mestiça, em que o reconhecimento da oposição das diferenças que operam pode ser entendido nelas mesmas como formas de *ciberespaço*, cujas ferramentas de negociação e mudanças de significados podem revirar os sistemas dominantes de poder.

Essa mestiçagem, ou consciência da diferença, permite o uso de qualquer ferramenta que se disponha tanto para garantir a sobrevivência quanto para refazer o mundo. De acordo com Haraway, a tarefa do feminismo ciborgue deveria ser similarmente 'recodificar' todas as ferramentas de comunicação e inteligência, perseguindo o objetivo de subversão do 'comando e controle'. [tradução minha] (SANDOVAL, 2004, p. 95).

Portanto, se o ciborgue não alimenta o ordenamento existente, ele o tensiona, corrompendo as dualidades de se estar no mundo, com a ampliação da figura proposta por Chela Sandoval, o corpo ciborgue não é apenas um híbrido, resultado da parafernália tecnológica e biológica, mas também significa dizer que os corpos dos sujeitos subalternos desenvolveram habilidades *ciborguianas* de mover-se entre as fronteiras, utilizar as ferramentas e instrumentais para sobreviver à violência sistemática a que foram acometidos. São corpos que combinam suas estratégias e experiências com a subversão dos projetos

políticos da tecnociência, do pressuposto da homogeneização, particularização, são a negação pela dominação disputada em seu próprio ciberespaço e no campo informacional que construíram.

A provocação causada e a resistência dos corpos híbridos, não apenas materialmente, mas enquanto posição de mundo pode nos levar a potenciais muito mais imaginativos e conscientes das condições que nos espreitam. Clarissa Costa (2019) exemplifica bem o uso dessa ferramenta analítica durante sua pesquisa etnográfica em laboratórios sobre a prática de aprimoramento corporal:

É neste terreno movediço que nos encontramos e que não permite narrativas de destruição total ou salvação plena, nem a denúncia pura da ciência nem a aderência rápida e ingênua às promessas tecnocientíficas. O que há são experiências e os aprendizados que emergem da contingência. (COSTA, 2019, p. 24)

Não se trata, portanto, de uma recusa anticientífica, como muitas vezes denunciam os críticos dos estudos sociais sobre a ciência, mas de responsabilizar-se e retomar o caráter inventivo da relação com o mundo, aqui incluindo todos os seres, a natureza e os objetos. A este caráter de transformação radical podemos compreender o aprimoramento, bem como defini-lo com aquilo que corpos marcados pela diferença, precisaram aprender e ensinar ao longo do tempo para sua sobrevivência. Também podem servir para a subversão das técnicas e práticas importadas do norte global, em resposta a todas aquelas que têm sua origem nos países periféricos e foram esvaziadas de seu significado. Portanto, essas mesmas práticas de aprimoramento, que adoecem por atender a necessidade de cobrança compulsoriamente produzida nos sujeitos do trabalho e do cuidado, podem também servir a coletividade, a um modo de resistência e estratégias de luta para que corpos subalternizados reivindiquem a sua autonomia e seus direitos.

5. Considerações finais

Podemos inferir como a atual fase do capitalismo contemporâneo estabelece uma certa naturalização de lugares de mundo que estão frequentemente expostos ao risco e a sobrecarga da vida reprodutiva. No neoliberalismo, as estruturas de gênero e raça, atravessadas pela diferença entre classes sociais, formam mecanismos de dominação com efeitos concretos de desumanização e violências. Na pandemia esse cenário fica evidente sobre como o contágio se articula a essas dimensões interseccionais da diferença, como também, por outro lado, estabelece privilégios de segurança e saúde para alguns outros. A essas divisões sociais, ou dualidades, percebemos a desigualdade no trabalho de cuidado da vida. A individualização

neoliberal, como um imperativo ideológico e moral, faz-se pertinente para aqueles que possuem as condições materiais para delegar o cuidado a outro grupo subalternizado e para manter essa estrutura.

Portanto, é na esfera da denúncia dessas relações desiguais de poder, que reside o primeiro passo para que essas práticas sejam transformadas. Ao reconhecer que a exclusão e a exploração aqui necessitam da produção de um “outro” que fará mais do que o necessário, estará em constante sobrecarga, em estafa física e mental, precisamos desestabilizar essa dicotomia. A noção de igualdade aqui torna-se um agente poderoso para contrapor uma noção de liberdade irrestrita ou que não se acanha com o preço pago pelos grupos invisibilizados, como das mulheres negras, das pessoas latinas, indígenas, a população da diversidade de gênero e sexual, pessoas com deficiência, migrantes e tantos outros. Assim, reconhecendo esses lugares que sustentam uma aparente liberdade de (alguns) sujeitos, podemos imaginar novos modos de nos apropriarmos do conhecimento científico, do desenvolvimento tecnológico e da reivindicação das estruturas de cuidado que sejam coletivos e comunitários.

Referências

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Trad. Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

COSTA, Clarissa. *O chapéu do bruxo: artefatos, aprendizs e aprendizados de um fazer científico (bio)hacker*. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DIAS, Luciana Oliveira; FRANCISCO, Rafaela. A senzala moderna é o quarto da empregada, mesmo em tempos de coronavírus. *Jornal UFG*, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/125499-a-senzala-moderna-e-o-quarto-da-empregada-mesmo-em-tempos-de-coronavirus>. Acesso em: novembro de 2023.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. "Teletrabalho, Zoom e depressão." *El País*, 22 mar. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-03-23/teletrabalho-zoom-e-depressao-o-filosofo-byung-chul-han-diz-que-nos-exploramos-mais-que-nunca.html>. Acesso em: novembro de 2023.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRECIADO, Paul. Aprendendo com o vírus. *El País*, 28 mar. 2020. Trad. Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro. 2020. Disponível em:

<https://campodiscursivo.paginas.ufsc.br/files/2021/09/TEXT0-18-Paul-Preciado-Aprendendo-com-o-v%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: novembro 2023.

ROHDEN, Fabíola. As promessas de aprimoramento e o retorno à fatalidade. In: MIRIAM PILLAR GROSSI; RODRIGO TONIOL. (Org.). *Cientistas Sociais e o Coronavírus*. 1ed. São Paulo/Florianópolis: ANPOCS/Tribo da Ilha, v. 1, p. 116-119, 2020.

SANDOVAL, Chela. Nuevas Ciencias. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In.: bell hooks et al. *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*, Madrid: Traficantes de sueños, p. 81-106, 2004.

TRONTO, Joan. There is an alternative: homines curans and the limits of neoliberalism. *International Journal of Care and Caring*, v. 1, n. 1, p. 27–43, 2017.

VILASBOAS, Jaqueline. Pandemia e a asfixia social das mulheres negras. In: *Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos*. Org. Luiz Mello; Eliane Gonçalves. 258p. Goiânia: Cegraf UFG, p. 17-41, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia: COVID-19 e a reinvenção do comunismo*. Trad. Artur Renzo. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.

Neoliberalismo y cuidado en un escenario pandémico: Conjeturando resistencias y posibilidades en cuerpo, raza y género

Resumen

En este artículo se aborda un doble enfoque sobre las prácticas de cuidado, especialmente marcadas por la pandemia de COVID-19 y el neoliberalismo. En primer lugar, se analiza la invisibilización del trabajo de reproducción de la vida y la salud que recae especialmente sobre las mujeres negras y los grupos marginados. En segundo lugar, se exploran las posibilidades de contención y las estrategias de colectivización del cuidado frente al aumento de la individualidad neoliberal. Se argumenta que al tratar la noción de cuidado de sí y de los otros como plataforma para una sociedad más justa e igualitaria, pueden surgir nuevos emprendimientos sobre ciencia, tecnología y salud que sirvan para la emancipación de los cuerpos históricamente subalternizados.

Palabras clave: Neoliberalismo; Salud; Cuidado; Cuerpo; Diferencia.

Libéralisme néolibéral et soins dans un contexte pandémique: Conjecturant des résistances et des possibilités sur le corps, la race et le genre

Résumé

Dans cet article, nous abordons une double approche des pratiques de soins, particulièrement marquées par la pandémie de COVID-19 et le néolibéralisme. Premièrement, nous analysons l'invisibilité du travail de reproduction de la vie et de la santé qui pèse particulièrement sur les femmes noires et les groupes marginalisés. Deuxièmement, nous explorons les possibilités de contenir et les stratégies de collectivisation des soins face à l'augmentation de l'individualisme néolibéral. Nous soutenons que, en considérant la notion de soin de soi et des autres comme une plateforme pour une société plus juste et égalitaire, de nouvelles entreprises dans les domaines de la science, de la technologie et de la santé peuvent voir le jour et servir à l'émancipation des corps historiquement subalternisés.

Mots-clés: Néolibéralisme; Santé; Soins; Corps; Différence.

Neoliberalism and care in a pandemic scenario: Conjecturing resistances and possibilities in body, race, and gender

Abstract

This article addresses a double focus on care practices, particularly marked by the COVID-19 pandemic and neoliberalism. First, we analyze the invisibility of the work of reproduction of life and health that falls particularly on Black women and marginalized groups. Second, we explore the possibilities of containment and strategies for collectivizing care in the face of the increasing neoliberal individualism. We argue that by considering the notion of care for oneself and others as a platform for a more just and equitable society, new endeavors in science, technology, and health can emerge that serve to emancipate historically subalternized bodies.

Keywords: Neoliberalism; Health; Care; Body; Difference.